

Animais serão mais amparados por leis

Duas novas leis que garantem os direitos dos bichos já estão valendo na capital baiana

HIEROS VASCONCELOS RÊGO
REPORTER

O prefeito de Salvador Bruno Reis (União Brasil) sancionou duas leis que versam sobre a defesa do animais em Salvador. Ambas as legislações fortalecem um leque de políticas públicas e ações que garantem os direitos dos bichos na capital baiana, no entanto, também evidenciam a necessidade de aumentar as ações de conscientização da população sobre o problema, que em sua maioria é provocado por envenenamento, atropelamento, chicotada, pauladas, queimaduras, e o mais comum de todos, o abandono.

Uma das novas leis, a de número 9.681/2023, determina que qualquer cidadão que cometa maus tratos aos animais seja obrigado a custear o tratamento de saúde deles, além das punições já impostas na legislação federal vigente de crimes ambientais (nº 9605/98).

De acordo com a

secretária municipal de Sustentabilidade, Resiliência e Proteção Animal, Marcelle Moraes, "a lei atua diretamente para inibir a prática criminosa de maus tratos contra os animais domésticos e reforça a legislação federal que já resguarda os bichos contra a violência". Segundo ela, a quantia arrecadada com a punição da nova lei será direcionada para políticas públicas voltadas aos bichos. O Castramóvel, serviço municipal itinerante de castração de cães e gatos, por exemplo, será um dos beneficiados, conforme informa a secretária.

Já a outra lei proíbe tatuagem e piercing de qualquer natureza em animais domésticos. Conforme o texto, os estabelecimentos que não respeitarem a regra serão multados em 10 salários mínimos, e, em caso de reincidência terão seus alvarás cassados. Vereadora licenciada para assumir a secretária, Marcelle Moraes é autora dos projetos na Câmara Municipal de Salvador que deram origem às leis, sancionadas na



RIGOR

Quem maltratar animais será rigorosamente punido de acordo com a legislação

última segunda (27), quando foram publicadas no Diário Oficial do Município.

DÚVIDAS

Apesar de existir, segundo a secretária

municipal, políticas públicas para coibir os maus-tratos, especialistas garantem que não só a punição, mas a conscientização da população e de quem adota animais é fator primordial

para acabar com a prática criminosa.

É o que explica a médica veterinária Adriana Gonçalves, sócia proprietária da Clínica Petmix Petcente. Ela demonstra

um pouco de desconfiança em relação a funcionalidade das novas leis. Isso porque, diz ela, ainda há dúvidas de como se dará a garantia da aplicabilidade da legislação e a fiscalização do pagamento dos custos do tratamento dos animais. "Acho um avanço, mas não acredito muito que seja algo viável. Quem vai garantir e fiscalizar que esses custos sejam realmente pagos? Se maus tratos é crime, porque não coíbe ou diminuiu essa prática tão cruel?", diz ela.

Para a profissional, existem também outras medidas que são válidas no combate aos maus tratos contra animais, como a criação de uma delegacia especializada, por exemplo, "mas seria 'conscientização' o principal para mudar essa realidade. 'Delegacia é válida, porém, em caso de denúncia e apreensão, quem vai ficar com o cachorro ou gato? Quem vai ressocializá-lo? Quem vai adotá-lo? Acredito que vai além de leis, é muito sobre conscientização, pois um animal pode ser vítima tanto do rico, quanto do pobre", destaca.

Estudo aponta que serial killers começam seus atos com bichos

Amédica veterinária Adriana Gonçalves lembra, ainda, que os maus tratos contra animais também são indícios de futuras agressões contra seres humanos. Para embasar tal afirmação, ela cita a "Teoria do Elo", estudo apontando que mais de 80% das pessoas que se tornaram serial killers começaram seus atos violentos com os animais.

"A cada responsabilização de um agressor, um alerta é criado na sociedade. É uma teoria comprovada por

pesquisas científicas de todo o mundo, principalmente por cientistas da América do Norte. A procuradora de Justiça do MPMG Lillian Marotta menciona um estudo feito em uma universidade dos Estados Unidos que entrevistou psicopatas presos em penitenciárias daquele país", ressalta.

A conscientização dos direitos e bem-estar dos animais em colégios, públicos e particulares, periferias e comunidades, além da aplicação e fiscalização das leis, são ações aconselhadas ao

poder público pela especialista em clínica médica e cirúrgica de pequenos animais. "As pessoas precisam para de transferir a responsabilidade da posse de um animal para protetores, que estão sobrecarregados e doentes psicologicamente, aos médicos veterinários. Ao poder público cabe maior fiscalização a cumprimento da lei. Cada um é responsável pelo seu animal, se não gosta, se não pode zelar e pagar os custos, reavalie se realmente pode ter um animal de estimação.

Uso obrigatório de máscaras está restrito em hospitais e unidades de saúde

VINÍCIUS VIANA
ESTAGIÁRIO

O uso de máscara na Bahia passou a ser somente obrigatório em hospitais e demais unidades de saúde como clínicas e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A decisão que flexibiliza o uso obrigatório de máscaras foi publicada no Diário Oficial do Estado na tarde de ontem (29).

De acordo a Secretária da Saúde da Bahia, Roberta Santana, o novo decreto que flexibiliza as condições de uso obrigatório da proteção considerou que "o atual estágio da Covid-19 no Estado aponta para um cenário de queda no número de casos ativos da doença e consequente queda no número de internados".

Com a atualização da regra, segue obrigatório o uso de máscaras para pessoas que estejam com sintomas gripais, como: tosse, espirro, dor de garganta ou outros sintomas respiratórios, ou que tenham tido contato com pessoas sintomáticas ou com confirmação da doença; e para indivíduos com confirmação de Covid-19, mesmo que assintomáticos.

Embora não seja obrigatório, o uso de máscara continua sendo indicado por infectologistas para pessoas imunossuprimidas (mesmo que em dia em relação ao esquema vacinal contra Covid-19); idosos (mesmo



FLEXIBILIZAÇÃO

Pessoas com sintomas gripais também devem usar

que em dia em relação ao esquema vacinal contra Covid-19); pessoas em hospitais e demais unidades de saúde (mesmo que em dia em relação ao esquema vacinal contra Covid-19).

Apesar do número de casos de covid-19 caírem drasticamente, os profissionais de saúde estão em alerta com o risco do crescimento de casos com a chegada do outono, onde crianças, idosos e pacientes com doenças pulmonares, que estão classificados no grupo de risco, são mais vulneráveis a quadros gripais.

Diante deste cenário, a infectologista Keila Maia alerta que "o número de pessoas com sintomas gripais pode

aumentar no outono, pois os vírus se multiplicam com maior facilidade quando o tempo está seco."

Por fim, a médica lembra que ainda é recomendado "evitar ambientes fechados, lavar as mãos e higienizar com álcool" e orienta que as pessoas procurem os postos de imunização, pois "a vacina é um dos recursos que previne o agravamento das síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e garantem mais proteção para o corpo".

Por meio de nota à Tribuna da Bahia, a Secretária da Saúde do Estado informou que havendo mudança no cenário da doença na Bahia, novas medidas podem ser recomendadas à população.